

Mais pressão de bancos

Da sucursal de
BRASÍLIA

A proximidade da nova etapa de renegociação da dívida externa — agora, com maior conotação política — e os estudos em andamento para outra reforma bancária mais ampla estimulam as pressões dos bancos estrangeiros para penetrar no sistema bancário brasileiro. Mas o Banco Central mantém fechada a “porteira” para os bancos estrangeiros no Brasil e também não autoriza a instalação de dependências de bancos brasileiros no Exterior.

Não faltam pedidos de bancos norte-americanos, japoneses e europeus para a reabertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro. Nenhuma das partes comenta de público, mas as pressões contra o bloqueio e retomada do fluxo do capital externo sempre aparecem nas conversações dos banqueiros estrangeiros com autoridades brasileiras.

Como exceções, nos últimos meses, defenderam abertamente o fim das barreiras aos bancos estrangeiros dirigentes do Manufacturers Hanover Trust, dos Estados Unidos, e do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), de Luxemburgo. O diretor para a América Latina do

BCCI, S. M. Shafi, acredita na suspensão das restrições e já anunciou que o seu banco ingressará no Brasil “tão logo seja possível”.

Mas, mesmo no auge das pressões, em meados de 1983, quando o Brasil não conseguia a liberação de parcelas do financiamento ampliado do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do **jumbo** dos bancos privados, um banqueiro estrangeiro, o vice-presidente do Maryland National Bank — banco regional norte-americano —, Jim Ortega, apoiou a posição restritiva do governo brasileiro: “Se os bancos estrangeiros puderem aumentar a lucratividade com operações em cruzeiros no Brasil, deixarão de buscar lucros com a ampliação de empréstimos em moeda estrangeira e tomadores brasileiros”.

Em agosto de 1983, a conceituada revista norte-americana **Business Week** tentou expor ao ridículo a política bancária brasileira, com a acusação de que o governo brasileiro só admitia a entrada de novos bancos estrangeiros mediante “presente” de US\$ 50 milhões. O Banco Central reagiu com veemência, ao ressaltar que o Brasil dispõe de regras claras e rígidas para restringir a entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro nacional.